

Ensinar Geografia para a sociedade do século XXI: o confronto entre as novas perspetivas educacionais e as práticas pedagógicas

Branca Miranda

brancam@univ-ab.pt

Universidade Aberta, Portugal

Centro de Estudo das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI)

Manuela Malheiro

manuelaf@univ-ab.pt

Centro de Estudo das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI)

Universidade Aberta, Portugal

Resumo

A partir de uma análise dos seus fundamentos epistemológicos e das grandes finalidades da educação geográfica, procura-se definir o contributo do ensino da Geografia para o desenvolvimento de atitudes e valores que conduzam à formação de cidadãos ativamente comprometidos com as grandes problemáticas do mundo atual e explicitam-se os principais obstáculos políticos, ideológicos, organizacionais que têm impedido os professores de Geografia de assumir uma mudança de paradigma científico e educacional.

Considera-se que a Geografia vive um momento de viragem epistemológica, onde predomina uma visão que dá relevo aos factores subjectivos que subjazem às decisões, e a uma leitura do espaço mais complexa que valoriza a interpretação dos pequenos espaços e considera difícil generalizar num mundo marcado pela diferença e pela rápida transformação e aceita o pluralismo de abordagens sobre a realidade. Este movimento de ruptura conceptual que procura trazer a Geografia de volta ao seu principal objecto explicar e prever a realidade espacial agora numa perspectiva de “espaço social”, o espaço vivido e culturalmente marcado, dá origem ao desenvolvimento do conceito de território e fundamenta uma reconceptualização da Educação Geográfica.

Assume-se que a Geografia pode contribuir decisivamente para a educação da consciência moral, o desenvolvimento de uma consciência ética e uma perspectiva global da sociedade e considera-se que esta é uma ciência com uma “vocação natural” para o desenvolvimento de competências de cidadania, o que se deve à matriz dos estudos geográficos – aprender a interpretar o espaço, os seus elementos constitutivos, a forma com se inter-relacionam, os seus contrastes e debilidades, os seus pontos fortes e, a partir desta leitura polissémica, ser capaz de intervir no espaço de forma responsável e numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Num segundo momento, partindo da interpretação de documentos oficiais e da análise dos resultados de inquéritos aplicados a professores portugueses de Geografia, põem-se em relevo as contradições existentes entre as orientações educativas emanadas dos organismos centrais (currículo preconizado) e as práticas dos professores na sala de aula (currículo implementado), bem como as percepções dos professores sobre os programas, o papel da geografia e a possibilidade de implementar estratégias de

ensino que conduzam os alunos ao desenvolvimento de novas competências geográficas.

Em conclusão, procuram-se determinar as causas que explicam a reduzida inovação educativa nas aulas de Geografia, dando especial relevo às que se relacionam com as práticas desenvolvidas no âmbito da formação inicial e contínua dos professores ainda fortemente marcadas por um paradigma tecnológico, por uma concepção positivista da geografia e por uma visão geometrizarante do espaço.

1. Rumos da Educação Geográfica

A produção científica não é uma actividade neutra. Pelo contrário, ela é social e economicamente determinada e está imbuída das crenças e percepções da comunidade científica. No caso da Geografia esta influência é particularmente notória dando origem a mudanças epistemológicas que nos trazem novos os modos de ler e explicar o território.

Assim, no decorrer do século XX assistiu-se ao desenvolvimento de diversas correntes de pensamento, como forma de ir adequando o quadro epistemológico da Geografia aos novos problemas que a mudança socioeconómica ia introduzindo na sociedade. Inicialmente desenvolveu-se uma visão naturalista da realidade baseada numa categoria conceptual, as regiões, «que privilegia a dimensão morfológica» (Ferrão, 2000: 37), ou seja assente na descrição das paisagens. Mas, a dificuldade de generalizar «dado os limites da visão empírica baseada na observação directa dos “precipitados geográficos”» (Idem), e a ausência de respostas teóricas para muitas questões conduziu ao desenvolvimento de uma corrente de pensamento geográfico com um carácter mais utilitarista.

Deste modo, nos anos 50, com o final da 2ª Grande Guerra, a Geografia assume um carácter claramente positivista, acentuando o mensurável com o objectivo de estabelecer modelos explicativos das distribuições espaciais. Esta perspectiva acentua regularidades (ou padrões) do “espaço económico”» (Morgan e Lambert, 2005), organizando-se em torno de um conceito espaço geometrizarante estruturado por fluxos de pessoas e bens (Ferrão, 2000).

A busca de regularidades, de modelos explicativos, de leis e de teorias teve, no entanto, as suas consequências e a «Geografia acabou por se tornar uma viúva do

espaço, indiferente à sorte do homem» (Santos, M. 2005: 126), tendo como objectos o ser humano médio e um espaço abstracto construído por um conjunto de leis gerais.

Em busca de novos caminhos, a Geografia busca outras categorias conceptuais. Desenvolve-se, então, o conceito de território que «procura exprimir uma realidade mais ampla das realidades existentes (...). Concilia, portanto, as perspectivas morfológicas, de fluxos e cognitiva, valorizando como elemento central as *questões culturais* num quadro crescentemente marcado pela intensidade e diversidade das interacções» (Ferrão, 2000: 38).

Actualmente, fruto de um mundo em mudança, desenvolvem-se um conjunto de tendências com um carácter muito diversificado. Milton Santos (2005) refere os principais perigos epistemológicos que alguns dos caminhos delineados para a Geografia acarretam mas, por outro lado, sublinha que existe um esforço genuíno para encontrar caminhos que transformem a Geografia numa ciência que contribua para uma sociedade melhor.

Importa, então, focalizar esta análise naqueles que pretendem desconstruir o conhecimento normativo e positivista (Minca, 2001) e se centram em temáticas como a desigualdade, o bem-estar ou o desenvolvimento sustentável. A Geografia pós-moderna caracteriza-se por ter produzido uma enorme diversidade de práticas articuladas numa multiplicidade de linguagens que emergem dos espaços escondidos ou obliterados pelo projecto da modernidade, numa rebelião cacofónica (Idem).

Estas práticas possuem, no entanto, alguns aspectos comuns: contrapõem ao ideal da causalidade, da mensurabilidade e da previsibilidade o carácter subjectivo e o papel do acaso nos processos espaciais (Bailly e Ferras, 1997). Pondo em relevo os factores subjectivos que influenciam as decisões e uma leitura polissémica da realidade, que valoriza a interpretação dos pequenos espaços e considera difícil generalizar num mundo marcado pela diferença e por uma mudança acelerada.

Este movimento de ruptura conceptual procura trazer a Geografia de volta ao seu principal objecto explicar e predizer a realidade espacial (Idem), agora numa perspectiva de “espaço social”, o espaço vivido e culturalmente marcado. Esta forma de “fazer” Geografia veio exigir a introdução de um conjunto de novos conceitos

como: ecossistema, equilíbrio, espaço local, território, espaço social, desigualdades espaciais ou espaço vivido.

2. O papel dos valores na Educação Geográfica

3. A Educação Geográfica em Portugal

No entanto, as repercussões destas correntes de pensamento chegaram tardiamente às escolas ou, em muitos casos, ainda nem sequer se vislumbram, já que os programas se mantiveram ainda por um longo período imbuídos do espírito da Nova Geografia em que a maioria dos professores foi e ainda é, nalguns casos, formada. Consequentemente, encontramos em simultâneo professores que perpetuam as práticas, mais abstractas e positivistas e aqueles que enveredaram por novos caminhos procurando aumentar a relevância social dos temas em análise, com o objectivo de contribuir para a construção de um mundo melhor.

A geografia de hoje.....

Segundo os autores pós-positivistas, esta nova óptica de fazer Geografia, dadas as suas características menos abstractas e o seu enfoque no mundo real, é mais acessível à grande maioria dos alunos o que se vai consubstanciar na promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades.

As escolhas a fazer devem-se reflectir nos vários níveis e em todas as componentes do currículo de modo a que se crie um constructo teoricamente consistente, enraizado nas grandes finalidades do sistema educativo a partir das quais devem emanar as propostas que serão aplicadas num nível micro do sistema.

Propostas da tutela

Não houve formação de professores para o novo currículo (Martins e Leite,

O que fazem os professores

Mantêm-se as perspetivas prescritivas do currículo e as práticas centradas no professor

XIII Colóquio Ibérico de Geografia
Santiago de Compostela 2012

Martins, F. e LeiteC. (2011). O Currículo Nacional do Ensino Básico e as Orientações Curriculares de Geografia: representações dos autores e (re)interpretações dos professores. *Indagatio Didactica*, vol. 3(1), Fevereiro, p. 80-94.